

2 Aos 22 dias do mês de agosto de dois mil e onze, no auditório da Secretaria de Estado da
3 Assistência Social Trabalho e Habitação, realizou-se Reunião Ordinária da CIB/SC sob a
4 coordenação de Dalila Maria Pedrini, diretora de assistência social da SST, com a presença dos
5 seguintes membros titulares e suplentes: Representantes da SST, Dalila Pedrini, Jerônimo Maia,
6 Fábio M. Baggio e Representantes do Coegemas: Bernadete Grisa, Carolina Ghislandi, Waldemar
7 Ronssen Junior, Jane Schmidt, Rosimere Costa, Geovania de Sá, Felipe Teixeira e Mário
8 Hildebrandt. Estavam presentes representantes da Câmara Técnica e de outros municípios cuja
9 listagem está anexa a presente ata. A coordenadora levou para apreciação a pauta do dia que foi
10 aprovada com a inclusão de mais um item: "SC sem Miséria" por solicitação do secretário Mário. A
11 seguir solicitou que a secretária da CIB lesse a ata da assembléia anterior que foi aprovada sem
12 ressalvas. Jerônimo, gerente de planejamento, informou que os recursos do Fundo Social foram
13 depositados no FEAS para que a SST pudesse pagar os serviços de alta e média complexidade.
14 Serão repassadas oito parcelas referentes ao período de janeiro a agosto. A secretária Marli
15 relatou a difícil situação que os municípios estão passando, uma vez que até o momento o
16 Governo do Estado não cumpriu a sua parte, deixando todas as despesas de atendimento a
17 Crianças e Idosos em serviços de acolhimento sob a responsabilidade das Prefeituras Municipais.
18 Na continuidade foi solicitado que a SST, quando fizer os pagamentos, envie comunicado aos
19 secretários municipais informando data e valor dos depósitos. Jerônimo informou ainda que a
20 Secretaria de Estado da Fazenda irá enviar ofício a SST para fazer algumas adequações no PPA.
21 Cleverton, Gerente de gestão da Política da Assistência, relatou os procedimentos que estão sendo
22 adotados para elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho. Informou ainda, que o
23 referido Plano deverá ter caráter continuado e permanente e que um esboço do mesmo deverá
24 ser apresentado na VIII CONFERENCIA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, que se realizará nos
25 dias 13, 14 e 15 de outubro próximo. Foi sugerido na oportunidade, que o documento seja
26 submetido a consulta pública. Eunice relatou os assuntos tratados na última reunião da Câmara
27 Técnica do dia 18 de julho: a) Ilhota e Schoereder não irão receber o recurso da Alta
28 Complexidade por não executarem o serviço; b) A SST irá realizar até dia 30 de setembro um
29 levantamento para conhecer a realidade dos Consórcios da Alta Complexidade e contará com a
30 parceria do COEGEMAS e as Associações de Municípios; c) Nilda irá agendar uma reunião com a
31 Câmara Técnica da Saúde para tratar de assuntos como dependência química; adultos com
32 transtornos mentais com menos de 60 anos, Benefícios Eventuais, Certificação e Inscrição das
33 Entidades Benéficas, entre outros. Considerando o volume de assuntos pendentes definiu-se
34 que a próxima reunião do dia 12 de setembro será das 09 às 17 horas. Um período ficará para
35 análise do Pacto de Aprimoramento da Gestão e Plano Estadual de Capacitação e no outro os
36 assuntos que deverão ser tratados com a CIB/Saúde. Foi solicitado que Nilda agende a reunião
37 com a Câmara Técnica da Saúde para depois do dia 12 de setembro. Com relação ao Pacto de
38 Aprimoramento da Gestão este ficou para pactuação na próxima reunião da CIB do dia 26 de
39 setembro e foi solicitado que a versão final seja encaminhada ao colegiado até dia 31 de agosto.
40 Edil, da prefeitura de Criciúma, esclareceu aos presentes que o recurso de investimento que a SST
41 repassa aos municípios não deve ser repassado à rede socioassistencial em espécie e que os

42 equipamentos adquiridos devem ser tombados como bens da Prefeitura. Esta informação já
43 consta do Decreto Estadual Nº 3.316/2010 que trata dos procedimentos da Prestação de Contas. A
44 prefeitura, porém, poderá ceder esses equipamentos para sua rede de atendimento, mediante
45 assinatura de Termo de Cessão de Uso. Dessa forma, foi solicitado que a SST socialize um modelo
46 deste Termo como forma de auxiliar os municípios e utilização de um modelo padrão. Sobre a
47 regulamentação dos recursos para benefícios eventuais as Prefeituras de Palmeira e Lages já o
48 fizeram, e por isso Lauro irá enviar cópia das Resoluções para serem socializadas aos outros
49 municípios quando necessário. O consultor geral da SST Marcondes Marchetti solicitou um espaço
50 para apresentar aos presentes a proposta de “Mutirão de Inclusão Social” que a SST deseja fazer.
51 O objetivo é de colocar a Assistência social na ordem do dia, visibilizando-a mais, tentando por
52 meio de várias estratégias, especialmente a busca ativa, incluir os que ainda não foram atingidos
53 pelo trabalho social, especialmente no Cadúnico, no BPC e nos serviços, programas e projetos. O
54 secretário Serafim Venzom tem divulgado esta idéia na mídia e junto aos prefeitos em várias
55 ocasiões. Vários representantes dos municípios se expressaram: Jane de Rio do Sul, Marli de Lages,
56 Mario e Eunice de Blumenau, Rosemeri de Joinville, Loreci de Jaraguá do Sul, em síntese as idéias
57 foram: que a proposta é interessante, entretanto isto aumenta o trabalho dos municípios já
58 sobrecarregados e com pequenas equipes. Este tipo de mobilização cria expectativas na população
59 e não há como responder a isto, e fica pior. Muitas famílias não querem se recadastrar, pois já
60 fizeram seu cadastro há tempo e não foram incluídas, e outras não têm interesse, pois sabem que
61 não terão ganho algum com isso. Jane ressaltou que é importante fortalecer o SUAS que é
62 permanente, continuado e oferece ações articuladas e não criar este tipo de campanhas, exemplo
63 o Brasil sem miséria. Os municípios esperam que o estado cumpra seu papel na Assistência Social,
64 expresso em lei, que repasse recursos, que aumente sua equipe de servidores para poderem
65 assessorar os municípios. Compreendem o esforço que a DIAS tem feito, entretanto sem equipe é
66 impossível cumprir suas atribuições. Marchetti argumentou que é uma tentativa de tirar a AS do
67 status de desvalorização em que está e visibilizá-la mais. Novamente houve falas por parte dos
68 presentes, do cansaço e desgaste de tantos anos de reivindicações sem atendimento por parte do
69 estado. Referiram-se ao PPA 2012-2015 para a Assistência Social, como uma peça orçamentária
70 muito bem elaborada e fundamentada, e que a expectativa dos municípios é que não sofra cortes
71 pelo executivo e seja aprovado na ALESC. Neste momento chegou o Secretário Serafim Venzom,
72 que após saudar os presentes, retomou a questão do mutirão social, pedindo a adesão do
73 COEGEMAS; novamente foram sintetizadas as falas anteriores dos representantes dos municípios
74 que solicitaram novamente empenho pessoal do secretário para aprovação do PPA aprovado pelo
75 CEAS e chamada dos concursados para a equipe da DIAS. O Secretário confirmou que está
76 permanentemente empenhado com todas estas questões. Nada mais havendo a tratar, eu, Nilda
77 D’Agostini Paula, secretária da CIB lavrei a presente ata.